RENAN SANTOS

R$ 1,1 trilhão de economia: a conta depende de uma PEC

A cifra é uma projeção acumulada até 2031. Não é economia contratada, regra vigente nem resultado observado.

Fonte: plano de governo, TSE, p. 10. Corte: 30/09/2026.

O QUE ESTÁ DOCUMENTADO

Quatro mudanças formam a estimativa

- benefícios previdenciários e assistenciais corrigidos apenas pela inflação
- pisos de saúde e educação desvinculados da receita
- revisão do abono salarial
- redução de renúncias fiscais

O resumo oficial não abre quanto cada medida entregaria dos R$ 1,1 trilhão.

Fonte: plano de governo, TSE, p. 10.

ESTÁGIO DA PROPOSTA

Programa eleitoral não altera a Constituição

PLANO
promessa registrada

PEC
texto e negociação

CONGRESSO
dois turnos em cada Casa

REGRA
efeitos após promulgação

Uma PEC exige três quintos dos votos, em dois turnos, na Câmara e no Senado. O presidente não faz essa mudança sozinho.

Fontes: TSE; Constituição, art. 60.

DE ONDE VIRIA A ECONOMIA

O ganho fiscal tem contrapartidas distributivas

Corrigir benefícios apenas pela inflação elimina ganho real ligado ao salário mínimo. Desvincular pisos reduz a garantia de crescimento automático para saúde e educação. Cortar renúncias pode elevar a carga efetiva de setores hoje favorecidos.

O plano apresenta os mecanismos. Não publica, no resumo entregue ao TSE, a memória de cálculo por medida nem a trajetória anual da economia.

Fontes: plano de governo, p. 10; Constituição, arts. 198 e 212.

TENSÃO COM A SAÚDE

95% das propostas analisadas exigem dinheiro adicional

95% pedem recursos adicionais

83% dependem de coordenação federativa

56% já existem no SUS

Inferência editorial: retirar a vinculação do piso não determina corte automático, mas amplia a disputa orçamentária justamente quando a maior parte das promessas de saúde precisa de recursos novos.

Fonte: IEPS, estudo publicado em 30/09/2026, 95 propostas de seis candidatos.

NOTA DE EXECUÇÃO

O mecanismo existe. A maioria política e a conta detalhada, não.

LARANJA 3/10

Jurídica e legislativa 0 + financiamento 1 + capacidade administrativa 1 + condições técnicas e econômicas 1 + cronograma 0.

Nota provisória, confiança baixa. Faltam memória de cálculo, repartição da economia por medida e coalizão legislativa demonstrada.

Execução em 4 anos: laranja 3/10. A PEC tem caminho jurídico conhecido, mas depende de quórum qualificado. A meta fiscal vai até 2031, além do mandato de 2027 a 2030. Avaliação editorial, não probabilidade estatística.

Fontes: TSE, Constituição e IEPS. 30/09/2026.